

É bastante surpreendente averiguar que a novidade da idéia lacaniana do inconsciente como um saber já se encontra, contudo, enunciada de modo embrionário na obra de Freud, que utiliza esta expressão numa passagem do primoroso livro sobre “Os chistes e sua relação com o inconsciente”: “Sabemos de um sonho aquilo que, via de regra, se parece a uma lembrança fragmentária que nos ocorre depois de despertar. Tal lembrança aparece como uma miscelânea de impressões sensoriais, principalmente visuais mas também de outros tipos, que simula uma experiência e à qual podem ser misturados processos de pensamento (*o ‘saber’ no sonho*) e expressões de afeto”.¹⁹

Ainda, em outra passagem de uma das conferências introdutórias sobre os sonhos, Freud apóia sua argumentação sobre a técnica de interpretação dos sonhos baseada nas associações do sonhador na idéia de que o sonhador sabe o que seu sonho significa, “apenas não sabe que sabe, e, por esse motivo, pensa que não sabe”.²⁰ O sujeito sabe sem saber que sabe – e isso constitui o saber do psicanalista mais essencial, o saber de que há sujeito do inconsciente, saber ao qual ele só pode ter tido acesso através de uma experiência de análise pessoal.

¹⁹ FREUD, S. “Os chistes e sua relação com o inconsciente”, *AE*, v.VIII, p.153; *ESB*, v.VIII, p.184. O grifo é meu.

²⁰ FREUD, S. “Conferências introdutórias sobre psicanálise”, *AE*, v.XV, p.92; *ESB*, v.XV, p.126.

O INCONSCIENTE É ÉTICO¹

Doris Rinaldi²

Freud, inúmeras vezes, afirmou o seu desinteresse pelo campo da ética, que assimilava ao da moralidade, dizendo que as questões do bem e do mal não o afligiam, recusando-se a se colocar como um profeta que trouxesse soluções para os problemas enfrentados pelos homens em seus relacionamentos mútuos (Rinaldi, 1996). Assim, nada mais estranho a sua postura do que a idéia de que a psicanálise pudesse apresentar a proposta de uma nova ética.

Não podemos esquecer, entretanto, que Freud se ocupou fartamente da moralidade ao longo de sua obra, numa perspectiva crítica, desde as formulações sobre sua origem e articulação ao desejo à constatação da existência de um conflito básico entre as exigências da pulsão e as restrições da moral civilizada. Em “O mal-estar na cultura” (1930) admite que a ética deve ser considerada como uma “tentativa terapêutica”, de ordem superegóica, para conter a agressividade entre os homens.

Não podemos desconhecer, também, que há embutida nas próprias formulações apresentadas em “O mal-estar”, uma postura ética, quando afirma que a psicanálise não promete a felicidade, já que para isso não há nada preparado, nem no microcosmo, nem no macrocosmo. Ao reconhecer que há algo de inconquistável na nossa própria constituição psíquica que nos nega satisfação completa e incita a novos caminhos, de um lado Freud reafirma a indestrutibilidade do desejo humano e, de outro, o princípio de inadequação que o rege, apresentado desde o “Projeto para uma psicologia científica” (1895) na divisão da experiência do objeto, onde situa *das Ding*.

Este é o fio que Lacan toma para abrir o campo da psicanálise à discussão ética, e formular uma ética da psicanálise. Partindo do “Projeto”, ele encontra em *das Ding* o fundamento de uma ética que coloca o desejo no

¹ Trabalho apresentado no Congresso de Convergência – Paris, janeiro de 2001.

² Membro da Interseção Psicanalítica do Brasil – IPB.

centro da ação humana, distinguindo-se radicalmente da moral, na medida em que em seu limiar não há nenhum bem a atingir. No Seminário sobre “A ética da psicanálise” (1959-60) aprofunda seu diálogo com a filosofia, de Aristóteles a Kant, perpassado pela Ética de Spinoza, para enfatizar a ausência de uma ontologia na obra freudiana e propor uma ética do desejo em que a ação humana esteja orientada por uma referência ao real, conceito ao qual assimila a noção freudiana de *das Ding*, este “ponto de fuga de toda realidade possível a atingir” (Lacan, 1988:31), responsável pela insaciabilidade do desejo humano.

Mas é em 1964, durante o Seminário sobre “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” que ele faz a afirmação, que é objeto deste trabalho: “o estatuto do inconsciente, que eu lhes indico tão frágil no plano ôntico, é ético” (Lacan, 1979:37). Ao apresentar esta formulação, Lacan recusa toda tentativa de dar ao inconsciente uma consistência que suportasse uma ontologia, mostrando que não se trata de nenhum ser, mas de que “em alguma parte este inconsciente se mostra” (op.cit.:37).

Esta é a certeza que move Freud em sua pesquisa, o que o leva a sustentar, como postura ética do analista na condução do tratamento, a fé no inconsciente. Essa insistência, que reconhece claramente em 1920 ao afirmar que o inconsciente não resiste, ao contrário, está sempre forçando passagem, fornece indicações para que possamos pensar o estatuto do inconsciente enquanto ético.

Como se dá esta passagem? Como o inconsciente se mostra? Freud nos ensina que o sonho é a via real de acesso ao inconsciente, revelando não apenas que este é o campo por excelência do desejo, como também os mecanismos básicos através dos quais este se articula no trabalho do sonho. Lacan viu aí jogos significantes e, através do recurso à lingüística, apresentou a fórmula de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, inserindo, na trilha de Freud, o inconsciente no campo simbólico. Nesse sentido, o inconsciente é um saber.

Por sua vez, ao demonstrar a existência de uma outra racionalidade que escapa à consciência, Freud revela que existe pensamento no sonho, abrindo caminho para se supor um sujeito deste pensar. É o que Lacan

introduz através de uma teoria do sujeito do inconsciente, o que equivale a subverter a concepção de sujeito da tradição filosófica.

Estes são avanços importantes realizados por Lacan que, tomando a via aberta por Freud, promovem uma renovação do conceito de inconsciente, principalmente depois da psicologização que sofreu a teoria freudiana nas mãos dos pós-freudianos.

Mas, qual é a contribuição mais efetiva que ele traz ao afirmar que o inconsciente é ético? Se pelos jogos significantes, numa estrutura de linguagem, em que o inconsciente se diz como um saber, ele ganha alguma consistência, é justamente para a radical falta de consistência que Lacan aponta quando sustenta o estatuto ético do inconsciente.

A partir do que Freud traz nas formas da psicopatologia da vida cotidiana, nos atos falhos, nos lapsos, nos chistes, e no limite que o umbigo do sonho coloca à interpretação, Lacan afirma o caráter evasivo, inconsistente, do inconsciente. Ele surge justamente nos cortes, nas descontinuidades do discurso comum, na outra cena que o sonho evoca, onde o desejo aparece sob a forma de enigma. Nessa articulação é a dimensão real do inconsciente que se destaca, onde o inconsciente passa a ser definido como o não-realizado, o não-nascido, mas que fica “em espera na área” (Lacan, op.cit.:28), querendo se realizar. Se o real é o que ex-siste ao simbólico, ele, entretanto, insiste, na medida em que “não cessa de não se escrever” e, nesse sentido, pede simbolização.

Trata-se da função da causa, do real como causa do movimento inconsciente onde o desejo tece a sua trama, estranho e íntimo, neste lugar que Lacan designou como de “ex-timidade”. É este enigma que causa o desejo de Freud na escuta das histéricas, no momento inaugural da psicanálise, e que sustenta esse desejo ao longo de sua obra, onde mantém aberto um não-saber sobre o feminino. Nesse sentido, Lacan tem razão quando diz que, mais do que a busca de uma verdade finalmente descoberta, a paixão de Freud se dirige ao real.

É ao real, fundamentalmente, que se refere, portanto, a afirmação de que o estatuto do inconsciente é ético. Por isso ele distingue bem o que é da ordem do jogo combinatório que opera de maneira pré-subjetiva, onde se

percebe algo de acessível, da ordem do saber, e aquilo que a experiência freudiana traz de mais genuíno, que diz respeito à função da causa, uma vez que ela implica o desejo e, nesse sentido, o sujeito.

Não se pode, contudo, separar o real do simbólico, já que o que nos interessa como analistas é um sujeito que emerge quando uma verdade como traço de desejo faz o seu caminho. A ênfase é no traço enquanto marca, cicatriz, onde o encontro com o consciente assume a forma de um achado que provoca surpresa, espanto. O significante, esvaziado de sentido, surge como “passador do real”, interrompendo o saber e provocando um deslocamento do sujeito. É para este ponto limítrofe, litoral, de junção entre real e simbólico, que aponta a definição do inconsciente como ético, contribuição de Lacan que não pode ser esquecida por qualquer um que deseje sustentar a ética da psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FREUD, S. *Projeto para uma psicologia científica* (1895). Obras Completas, Ed. Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, 1976.
2. _____. *O mal-estar na cultura* (1930). Obras Completas, Ed. Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, 1976.
3. LACAN, J. Seminário 7, *A ética da psicanálise* (1959-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
4. _____. Seminário 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
5. RINALDI, D. *A ética da diferença: um debate entre psicanálise e antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

O FINAL DE ANÁLISE E A QUESTÃO HOMEM-MULHER ENQUANTO VALORES SEXUAIS¹

Isabel Martins Considera²

Vou partir, em relação ao título que dei a meu trabalho, de uma hipótese que também pode ser um subtítulo para o mesmo. Trata-se de algo que extraí das últimas aulas do Seminário XVIII de Lacan: que, no limite do real da experiência da análise, a função do analista é despregar a função que uma mulher introduz.

A questão que pretendo tratar pode ser, ainda, formulada assim: como o analista pode chegar, numa análise, a estar discursivamente situado, de maneira tal que possa operar no sentido de despregar esta função que uma mulher pode introduzir?

Em que ponto de avanço discursivo, numa análise, é preciso chegar, para que esta questão lógica se apresente na experiência? Onde localizar esta questão? Por que disse que é o analista que pode despregar esta função, sob a condição de que se apresentem os interrogantes que indicam o final de análise? E por que é uma função que está forcluída em outros discursos, inclusive mesmo no discurso da psicanálise? É o que vou tratar de situar neste trabalho.

A primeira condição para que esta questão possa chegar a ser formulada é que se trate de um ser falante. Por ser falante, entende-se, aqui, aquele que fala numa análise, aquele que, então, começa a ter idéia do quanto está submetido aos efeitos de gozo que o significante produz na linguagem, ou, uma outra maneira de falar disto: que, na fala daquele que fala, o falo, enquanto significante, tenha função. Esta situação do sujeito é algo que só se consegue pelo seu engendramento na própria análise, o que possibilita àquele que fala um certo distanciamento do que o captura, enquanto gozo

¹ Trabalho apresentado no Congresso de Convergência – Paris, janeiro de 2001.

² Membro da Práxis Lacaniana/Formação em Escola.